

Comportamento Semanal de Mercado

19 a 26 de julho



Condições favoráveis

Ainda que o mercado siga precificando que o Federal Reserve (Fed) mantenha a taxa de juros inalterada na reunião desta semana, as atenções se voltam para o seu comunicado, com grande expectativa sobre uma possível indicação de início do processo de flexibilização monetária a partir da próxima reunião, em setembro. Percepção que ganhou mais força após os dados da inflação medida pelo PCE desacelerar de 2,5% a.a. em maio para 2,6% a.a. em junho, ratificando o entendimento de convergência à meta oficial de 2,0% de forma sustentada.

Por sua vez, o dinamismo da atividade econômica, como mostrou a 1ª leitura do PIB dos EUA no 2T24, com uma alta anualizada de 2,8% ante 2,1% esperada e 1,4% observada no 1T24, juntamente com o bom desempenho do PMI composto em julho, podem conferir maior cautela ao colegiado. No mercado, segue a precificação de cortes de até -0,75 p.p. em 2024. Na sexta-feira (26/07), a ferramenta *FedWatch* do CME Group apontava 56,9% de chance de a *Fed Funds* encerrar o ano entre 4,50% e 4,75% a.a. (45,8% em 22/07) e de 33,8% entre 4,75% e 5,00% a.a. (44,4% em 22/07).

Nesse contexto, observaram-se reduções semanais nos retornos das *T-notes*, com queda de -0,05 p.p. para 4,20% a.a. na de 10 anos. O dólar perdeu força frente uma cesta de moedas de países desenvolvidos, recuando -0,08% no período. Todavia, o cenário segue adverso para as moedas de países emergentes, em meio ao fortalecimento do iene, o desmonte de posições de *carry-trade* e a queda nos preços das *commodities*, com a cesta destas moedas se depreciando -0,24% no período. O real apresentou um desempenho aquém da média de seus pares emergentes, se depreciando em 1,05%, com o dólar cotado a R\$ 5,66.

No ambiente doméstico, as atenções na semana estarão voltadas ao comunicado da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Apesar do consenso pela manutenção da taxa Selic em 10,50% a.a., espera-se uma revisão altista em suas projeções inflacionárias em meio à contínua depreciação cambial, deterioração nas expectativas de inflação e preocupações com cenário fiscal. No relatório de Receitas e Despesas do 3º bimestre, o governo elevou para R\$ -28,8 bilhões (0,25% do PIB) a projeção de déficit primário em 2024.

Assim, mesmo com as projeções para a taxa Selic, no Boletim Focus, não mostrando alterações significativas, observaram-se elevações nas taxas futuras, levando a taxa real de juros ex-ante a avançar 0,26 p.p. na semana para 7,43% a.a., adentrando ainda mais em território contracionista.

Com alta mensal de 0,30%, o IPCA-15 de julho avançou de 4,06% a.a. em junho para 4,45%, apresentando uma piora nas medidas qualitativas, com a média móvel trimestral (MM3) com ajuste sazonal ampliando-se de 4,53% a.a. em junho para 6,37% a.a.. Em consonância, as medidas subjacentes saíram de 4,38% a.a. para 4,69% em alimentação no domicílio e de 4,15% a.a. para 4,34% em serviços, na mesa base de comparação. Apesar do bom desempenho da arrecadação federal, com a entrada de R\$ 208,8 bilhões em junho, sustentada pelo retorno da tributação de PIS/Cofins sobre os combustíveis, a tributação de fundos exclusivos e a atualização de bens no exterior, o setor público consolidado registrou um déficit primário de R\$ -40,87 bilhões no mês, ampliando o déficit acumulado em 12 meses para 2,44% do PIB.

Ainda para esta semana, destaques na agenda local para as divulgações do IGP-M em julho; Caged, Pnad Contínua e produção industrial em junho. No exterior, as atenções recaem para o PIB, confiança do consumidor e CPI na Zona do Euro; PMI manufatura e serviços na China; confiança do consumidor, vendas de casas pendentes, PMI manufatura e *Payroll* nos EUA.

Expectativas

A desancoragem das expectativas inflacionárias no Boletim Focus continua acompanhando o recente processo de depreciação cambial. No curto prazo, respondendo ao resultado do IPCA-15 de julho acima do esperado, ao cenário de bandeira amarela na tarifa de energia elétrica e ao aumento dos combustíveis, a mediana das projeções para julho subiu de 0,28% em 19/07 para 0,32% em 26/07. Para agosto, a taxa variou de 0,15% para 0,12%, enquanto para setembro permaneceu em 0,20%.

Dessa forma, o indicador para 2024 aumentou de 4,05% para 4,10% (4,00% há 4 semanas). Incluída no horizonte relevante para a política monetária, a projeção do IPCA para 2025 elevou-se de 3,90% para 3,96% (3,87% há 4 semanas). Para os anos de 2026 e 2027, as medianas se mantêm, respectivamente, em 3,60% e 3,50% (mesmo patamar há 4 semanas).

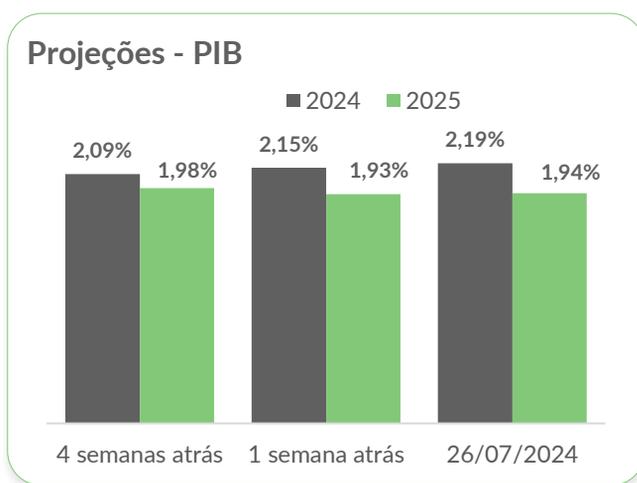
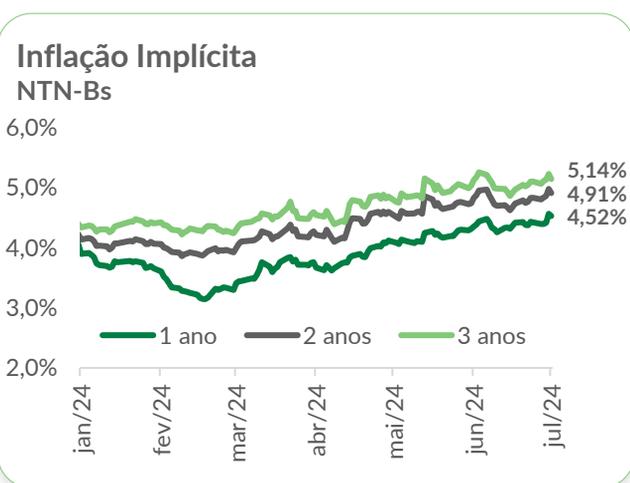
Ainda, houve na semana uma elevação nos prêmios de risco na curva da inflação implícita apurada com base nos preços de negociação das NTN-Bs. Entre os dias 19 e 26 de julho, a taxa para o prazo de 1 ano subiu de 4,42% para 4,52%, a de 2 anos de 4,82% para 4,91% e a de 3 anos de 5,10% para 5,14%.

As estimativas para a Meta Selic não tiveram alterações. Para o término de 2024, o indicador permaneceu em 10,50% a.a. (10,50% a.a. há 4 semanas). Com reduções de -0,25 p.p. em junho, julho, setembro e dezembro, a taxa encerraria o ano de 2025 em 9,50% a.a. (9,50% a.a. há 4 semanas). Aos finais de 2026 e 2027, continuaram em 9,00% a.a. (9,00% a.a. há 4 semanas).

Em meio à força do mercado de trabalho, dos indicadores de atividade e da evolução mais favorável do crédito, as estimativas para o crescimento do PIB continuaram aumentando para esse ano, passando de 2,15% para 2,19% (2,09% há 4 semanas). Já para 2025, com a expectativa de manutenção dos juros em níveis mais restritivos por um período maior, a projeção variou de 1,93% para 1,94% (1,98% há 4 semanas). Sem modificações, espera-se que a economia cresça 2,00% nos anos de 2026 e 2027 (mesmo patamar há 4 semanas).

No que tange ao mercado de câmbio, houve uma piora nas projeções mais longas. Para o final de 2024, a expectativa manteve-se estável em R\$/US\$ 5,30 (R\$/US\$ 5,20 há 4 semanas). Para 2025 e 2026, o indicador avançou de R\$/US\$ 5,23 para R\$/US\$ 5,25 (R\$/US\$5,19 há 4 semanas), enquanto para 2027 variou de R\$/US\$ 5,21 para R\$/US\$ 5,23 (R\$/US\$ 5,20 há 4 semanas).

No cenário fiscal, após o governo confirmar a contenção de R\$ 15 bilhões em despesas, a mediana das projeções para o déficit primário em 2024, no Focus, seguiu em -0,70% do PIB (-0,70% há 4 semanas). Para 2025, a projeção passou de -0,67% para -0,70% do PIB (-0,64% há 4 semanas) e para 2026 de -0,55% para -0,53% do PIB (-0,55% há 4 semanas). Por fim, para 2027, variou de -0,41% para -0,31% do PIB (-0,50% há 4 semanas).



Fonte: BCB/Focus | Anbima. Elaboração ABBC

Economia Internacional

A inflação nos EUA registrou um leve aumento em junho, dando sinais de que parece caminhar gradualmente de volta à meta de 2,0%. O Departamento do Comércio informou que o índice de preços de gastos com consumo (PCE) avançou 0,1% na margem, após ficar estável no mês anterior, desacelerando o ritmo de crescimento anual de 2,6% em mai/24 para 2,5% (3,2% em jun/23). Ambos os resultados ficaram em linha com o consenso LSEG. O núcleo do indicador, que exclui os preços voláteis de alimentos e energia, apresentou uma alta de 0,2% em junho, após subir 0,1% em mai/24, também em linha com o consenso, mantendo a expansão de 2,6% a.a., mesma taxa do mês anterior. Ainda, a renda pessoal arrefeceu a alta de 0,5% em mai/24 para 0,2%, enquanto os gastos com consumo saíram de 0,2% para 0,3%.

Superando as projeções de uma alta de 2,1%, o PIB norte-americano cresceu 2,8% na preliminar do 2T23, em termos anualizados, após se expandir 1,4% no 1T24. O desempenho refletiu principalmente o crescimento nos gastos dos consumidores e nos investimentos, reforçando a resistência da economia apesar dos juros elevados pelo Fed.

A atividade vem apresentando bom desempenho, sobretudo no setor de serviços. O índice de gerentes de compras (PMI) composto subiu de 54,8 em jun/24 para 55,0 em julho, atingindo o maior nível em 27 meses. O resultado ficou em linha com as projeções da FactSet. O indicador para serviços avançou de 55,3 em jun/24 para 56,0 em jul/24, enquanto o para a indústria caiu de 51,6 para 49,5.

Por outro lado, as encomendas por bens duráveis recuaram -6,6% na margem em junho, ficando abaixo da alta de 0,3% esperada pela FactSet. Já o índice de confiança do consumidor da Universidade de Michigan caiu de 68,2 pts. em jun/24 para 66,4 pts. na leitura revisada de julho. A expectativa de inflação de 1 ano ficou em 2,9% a.a. e a para 5 anos em 3,0%.

Ainda, sinalizando a continuidade do processo de desaquecimento no setor imobiliário, em um contexto de elevação nos preços dos imóveis e taxas de juros elevadas para as hipotecas, as vendas de novas moradias recuaram 0,6% em junho, para uma taxa anualmente ajustada de 617 mil unidades, o nível mais baixo desde nov/23. Em consonância, as vendas de casas existentes retraíram -5,4% em junho, para uma taxa anual ajustada sazonalmente de 3,89 milhões. O preço médio das moradias aumentou 4,1% no período ante jun/23.

Em relatório semanal, os pedidos iniciais de seguro-desemprego continuaram em níveis baixos para padrões históricos, recuando em -10 mil na semana encerrada em 20 de julho, para 235 mil e abaixo dos 238 mil pedidos esperados.

Indicando uma atividade econômica praticamente estável, o PMI composto da Zona do Euro recuou de 50,9 em jun/24 para 50,1 em julho, atingindo o menor nível em 5 meses. Esse resultado ficou abaixo da expectativa de levantamento da FactSet, que previa leve redução para 50,8.

Ainda na região, o resultado refletiu o PMI industrial recuando de 45,8 em jun/24 para 45,6 e o PMI serviços diminuindo de 52,8 em jun/24 para 51,9.

A confiança do consumidor melhorou na zona do euro, ao passar de -14 pts. em jun/24 para -13 pts. em julho, resultado melhor do que o esperado por levantamento da FactSet, que previam avanço do índice para -13,5 pts..

PCE - Variação Anual



Fonte: BEA . Elaboração ABBC

Aversão ao Risco

Embora o mercado venha consolidando as apostas de um corte de até -0,75 p.p. na *Fed Funds* para este ano, o que foi reforçado pela desaceleração da inflação nos EUA em junho, a semana encerrou com uma piora na aversão ao risco. A 1ª leitura do PIB norte-americano no 2T24 acima da prevista ajuda a renovar os sinais de dinamismo da economia.

Na sexta-feira (26/07), a ferramenta *FedWatch* do CME Group apontava uma probabilidade de 88,2% de o 1º corte na *Fed Funds* acontecer na reunião de setembro, enquanto para a reunião de dezembro atribuiu 56,9% de chance de a taxa encerrar entre 4,50% e 4,75% a.a. (45,8% em 22/07) e 33,8% de entre 4,75% e 5,00% a.a. (44,4% em 22/07).

Nesse cenário, observaram-se diminuições nos retornos das *T-Notes*, com quedas de -0,13 p.p. para 4,36% a.a. na de 2 anos, de -0,10 p.p. para 4,06% a.a. na de 5 anos e de -0,05 p.p. para 4,20% a.a. na de 10 anos. A exceção ficou para o *T-Bond* de 30, que permaneceu estável em 4,45% a.a..

Na semana, as principais bolsas internacionais registraram perdas, com quedas de -2,08% na Nasdaq, -0,83% no S&P 500, -5,98% no Nikkei 225 e de -3,07% no Xangai. Mais sensível à possibilidade de flexibilização monetária, Dow Jones avançou 0,75%. Ainda, houve altas de 1,59% no FTSE 100 e de 1,35% no DAX 40. A expectativa de um aperto monetário adicional pelo Banco Central do Japão pressionou os ativos locais. Já a perda de dinamismo da economia chinesa, apesar dos estímulos governamentais, segue preocupando os investidores.

O comportamento do preço das *commodities* também foi influenciado por estes fatores, encerrando a semana com reduções de -1,80% na cotação da saca de soja em Chicago, de -2,71% no preço do minério de ferro e de -1,82% na cotação do barril de petróleo tipo Brent para US\$ 81,13. A 3ª semana consecutiva com queda no preço do petróleo ocorreu a despeito da redução nos estoques norte-americano na semana encerrada em 19/07, conforme relatado pelo Departamento de Energia (DOE).

Localmente, a divulgação do Relatório Bimestral de Receita e Despesas amenizou, em partes, as preocupações com a dinâmica fiscal, ao confirmar o bloqueio de despesas de R\$ 11,2 bilhões e a contenção de R\$ 3,8 bilhões. Contudo, elevou a estimativa para o déficit primário em 2024 para R\$ -28,8 bilhões (0,25% do PIB), no limite da tolerância do novo arcabouço fiscal.

Na semana, o risco soberano brasileiro, medido pelo CDS de 5 anos, recuou -0,88 bps. para 157,16 bps.. O Ibovespa registrou uma ligeira perda de -0,10% no período, com o impacto da queda nos preços das *commodities* e os investidores realizando lucro.

Bolsas Internacionais

Bolsas	Em pts	Variação		
	26/07/2024	Semana	Mês	12 meses
Bovespa	127.492	-0,10%	3,96%	6,25%
Nasdaq	17.358	-2,08%	-2,51%	23,54%
S&P	5.459	-0,83%	-0,34%	20,31%
Dow Jones	40.589	0,75%	3,74%	15,04%
FTSE 100	8.286	1,59%	0,73%	7,71%
DAX 40	18.418	1,35%	1,44%	12,26%
Nikkei 225	37.667	-5,98%	-5,04%	14,52%
Xangai	2.891	-3,07%	-2,75%	-10,13%

T-Note de 10 anos

Rendimento em % a.a.



Fonte: Bloomberg. Elaboração ABBC

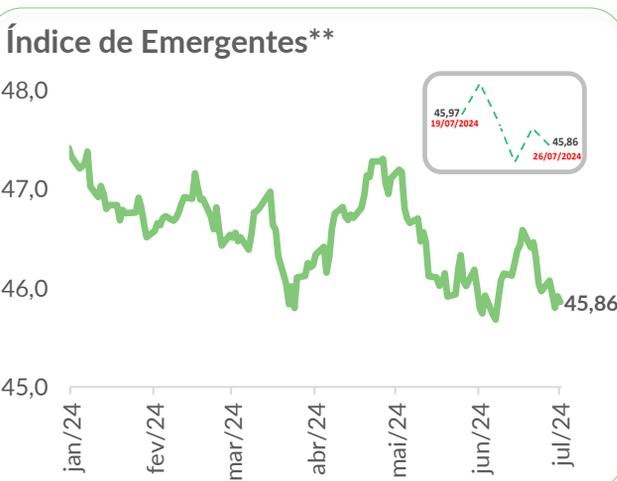
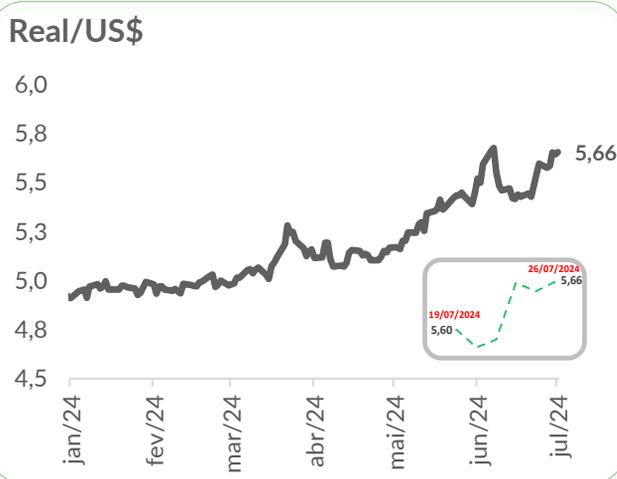
Câmbio

Em consonância à queda nos retornos das *T-Notes*, o dólar perdeu força frente às moedas de países desenvolvidos. O *Dollar Index*, que calcula o desempenho da divisa dos EUA frente às moedas de 6 países desenvolvidos, recuou -0,08% na semana, refletindo as apreciações de 0,37% na libra esterlina e de 0,24% no euro.

Por sua vez, o dólar continuou ganhando força frente às moedas de países emergentes, em linha com a queda nos preços das *commodities*. Na semana, o índice que mede a variação de uma cesta de moedas de países emergentes em relação ao dólar caiu -0,24%, com destaques para as depreciações 2,29% no peso mexicano, de 0,50% no peso argentino, de 0,08% na rúpia indiana e de 0,05% no rand sul-africano, além das apreciações de 2,09% no rublo russo e de 0,38% no peso colombiano.

Com desempenho abaixo da média de seus pares emergentes, o real se depreciou em 1,05% na semana, com o dólar encerrando cotado a R\$ 5,66. No período, o Banco Central manteve sua atuação com a rolagem dos *swaps* cambiais com vencimento em 02/09/2024.

Em julho, até o dia 22, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 535 milhões, resultado da entrada de US\$ 1,51 bilhão no segmento comercial e da saída de US\$ 2,04 bilhões no canal financeiro.



*Cesta do *Dollar Index*:

Euro; Yen; Libra Esterlina; Dólar Canadense; Coroa Sueca; e Franco Suíço.

**Cesta de Moedas de países emergentes:

Lira turca, Rublo russo, Rand sul-africano, Florim húngaro, Real, Peso mexicano, Peso chileno, Reminbi chinês, Rúpia indiana e Dólar de Singapura.

Fonte: Bloomberg/BCB. Elaboração ABBC

IPCA-15- Jul/24

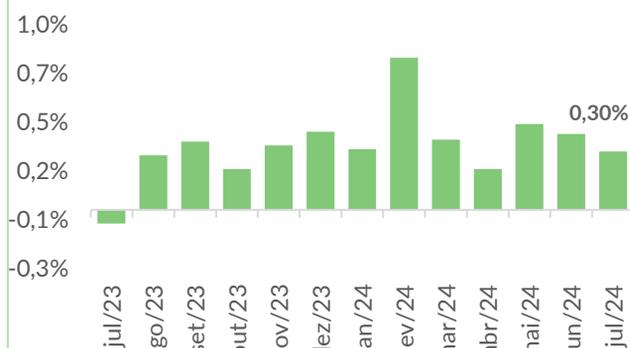
A alta consistente do dólar, variação de preços nas passagens aéreas, reajuste nos combustíveis e a imposição de bandeira tarifária amarela na conta de energia elétrica pressionaram o IPCA-15 de julho. Soma-se ao cenário, os avanços persistentes nos preços no setor de serviços.

Em julho, a inflação medida pelo IPCA-15 registrou alta mensal de 0,30%, após subir 0,39% no mês anterior. A elevação ficou acima do previsto pelo LSEG, que era de avanço de 0,23%. No ano, o indicador já subiu 2,82% (3,09% em jul/23). No acumulado em 12 meses, a alta acelerou de 4,06% em jun/24 para 4,45% (3,19% a.a. em jul/23).

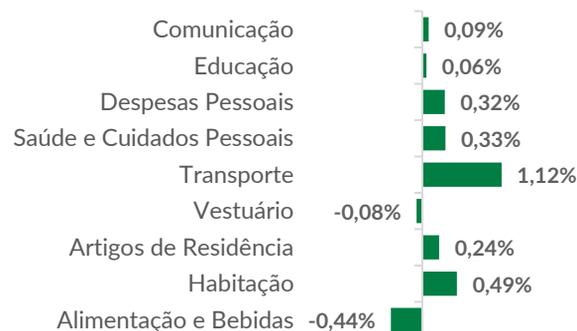
Na margem, 7 dos 9 grupos de serviços e produtos apresentaram acréscimo. Com impacto de 0,23 p.p. e alta de 1,12%, Transportes foi pressionado pelo aumento das passagens aéreas (+19,21%) e combustíveis veicular (1,39%). Habitação aumentou 0,49% no mês (+0,07 p.p.) alavancado pela energia elétrica residencial (+1,20%), com a aplicação da bandeira tarifária amarela. Por sua vez, Alimentação e Bebidas recuou -0,44%, retirando -0,09 p.p. do índice do mês.

Sinalizando pressões persistentes, a MM3 anualizada e dessazonalizada do IPCA-15 saltou de 4,53% em jun/24 para 6,37% (3,65% a.a. em jul/23). O mesmo indicador para a média dos 5 núcleos segundo critério do BC acelerou de 3,42% a.a. em jun/24 para 4,08% a.a. (3,59% a.a. em jul/23). Dentre as medidas subjacentes, alimentação no domicílio passou de 4,38% a.a. em jun/24 para 4,69% a.a., serviços de 4,15% a.a. para 4,34% a.a. e bens industriais de 2,22% a.a. para 2,12% a.a..

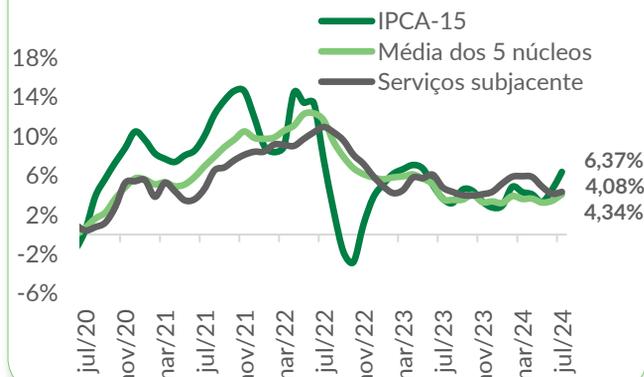
Variação Mensal



Variação Mensal Por grupo



Variação Anual MM3 dessazonalizada



Fonte: IBGE.. Elaboração ABBC

Taxa de Juros

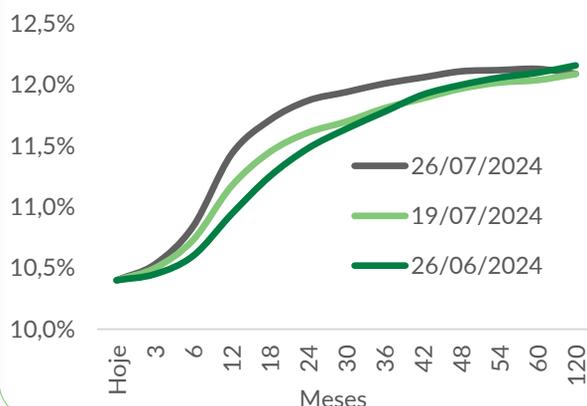
A Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) encerrou a semana com elevações em todos os vértices, em especial na parte curta e intermediária, reagindo ao IPCA-15 de julho acima do esperado.

Em relação ao fechamento da semana anterior, a taxa de 6 meses subiu de 10,73% a.a. para 10,84%, a de 1 ano de 11,17% a.a. para 11,43%, a de 2 de 11,61% a.a. para 11,87%, a de 3 de 11,81% a.a. para 12,01%, a de 4 de 11,97% a.a. para 12,11%, a de 5 de 12,04% a.a. para 12,13% e a de 10 anos permaneceu em 12,09% a.a..

Considerando também a redução de -0,01 p.p. na semana para 3,72% na inflação esperada para os próximos 12 meses, a taxa real de juros *ex-ante* encerrou em 7,43% a.a., o que representou uma elevação de 0,26 p.p. no período.

Por fim, a medida de risco calculada pelo *spread* entre as taxas prefixadas de 10 anos e de 1 ano, negociadas na B3, caiu -0,26 p.p. na semana para 0,66 p.p.. Também com queda de -0,26 p.p. no período, o diferencial entre as taxas pré de 10 anos e de 1 ano, na negociação de títulos públicos na Anbima, encerrou em 0,74 p.p..

Estrutura a Termo da Taxa de Juros (% a.a.)

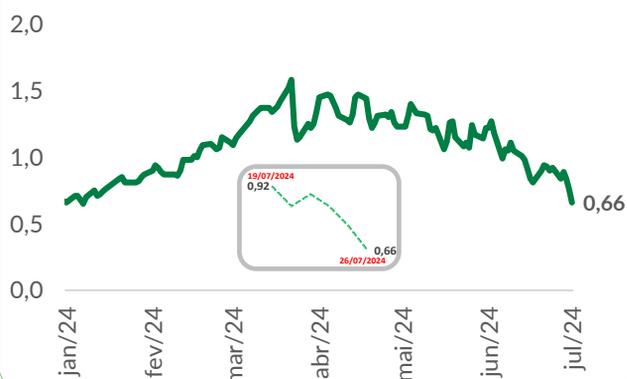


Taxa Real de Juros *ex-ante* (% a.a.)



Spread da Taxa de Juros

Diferença entre as taxas de 1 e 10 anos - em p.p.



Fonte: Bloomberg/B3. Elaboração ABBC

Estatísticas Fiscais – Jun/24

O setor público consolidado encerrou o mês de junho com um déficit primário de R\$ -40,87 bilhões, menos que o saldo negativo de R\$ -63,90 bilhões observado em mai/24 e de R\$ -48,90 bilhões em jun/23. Sem considerar os resultados de empresas do grupo Petrobrás, Eletrobrás e dos bancos públicos, o saldo mensal decorreu dos déficits de R\$ -40,19 bilhões do governo central e R\$ -1,74 bilhão das empresas estatais, além do superávit de R\$ 1,06 bilhão dos governos regionais.

No 1º semestre, as contas do setor público consolidado acumulam um déficit primário de R\$ 43,45 bilhões, o equivalente a 0,78% do PIB, bem acima do resultado negativo acumulado em igual intervalo de 2023, de R\$ -20,37 bilhões (0,39% do PIB). O resultado no semestre incorpora um saldo negativo de R\$ -70,64 bilhões nas contas do governo central (1,26% do PIB), de R\$ -5,99 bilhões (0,11% do PIB) das empresas estatais, além do superávit de R\$ 33,18 bilhões dos governos regionais (0,60% do PIB).

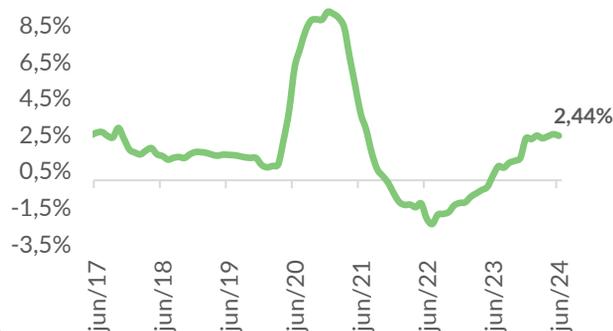
No acumulado em 12 meses, o déficit primário foi de R\$ -272,20 bilhões, o equivalente a 2,44% do PIB, ante um déficit de R\$ -280,23 bilhões em mai/24 (2,52% do PIB) e de R\$ -24,27 bilhões em jun/23 (0,23% do PIB).

No mês, as despesas com juros nominal, apropriados por competência, alcançaram R\$ 94,85 bilhões, contra R\$ 74,36 bilhões em mai/24 (R\$ 40,73 bilhões em jun/23). O resultado foi alavancado pelas perdas de R\$ 28,6 bilhões nas operações com swap cambiais. Em 12 meses, a conta de juros totalizou R\$ 835,75 bilhões (7,48% do PIB), o que representou uma elevação de 1,42 p.p. em relação a jun/23. Com isso, houve em junho um déficit nominal de R\$ 135,72 bilhões, ante 138,26 bilhões em mai/24 (R\$ 89,63 bilhões em jun/23). No acumulado em 12 meses, o déficit nominal era de R\$ 1,11 trilhão, o que representava 9,92% do PIB, frente aos R\$ 1,06 trilhão em mai/24 (9,56% do PIB) e R\$ 662,38 bilhões em jun/23 (6,29% do PIB).

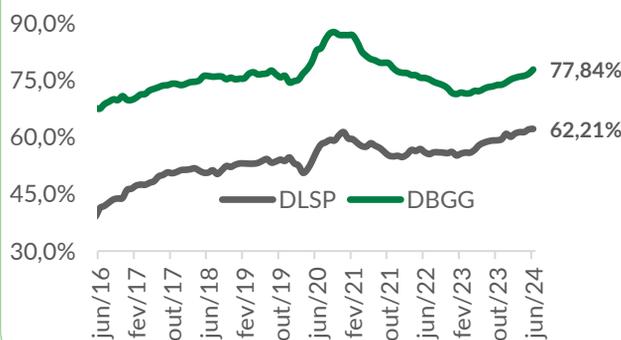
Finalizando, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) acumulada em 12 meses encerrou junho em 62,21% do PIB, o que representou altas de 0,12 p.p. na margem e de 4,29 p.p. em 12 meses. O desempenho do mês contou com as contribuições positivas de +0,4 p.p. do resultado primário, de +0,8 p.p. dos juros nominais apropriados por competência e das variações negativas de -0,3 p.p. do PIB nominal e de -0,7 p.p. da desvalorização cambial.

Também no acumulado em 12 meses, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ficou em 77,84% do PIB, com altas de 1,12 p.p. no mês e de 5,70 p.p. em 12 meses. Esse resultado do mês contou com as contribuições positivas de +0,6 p.p. dos juros apropriados, de +0,6 p.p. da emissão da dívida líquida e de +0,3 p.p. da desvalorização do câmbio, além da negativa de -0,4 p.p. da variação do PIB nominal.

Déficit Primário
Acumulado em 12 meses – em % do PIB



Evolução da Dívida
Acumulada em 12 meses – em % do PIB



Fonte: BCB. Elaboração ABBC

Resultado Primário – Jun/24

Pressionado pelo pagamento da 2ª parcela do 13º salário aos aposentados do INSS e pela abertura de crédito extraordinário para auxiliar na reconstrução do Rio Grande do Sul (RS), o governo central registrou um déficit primário de R\$ -38,84 bilhões em junho, sucedendo um resultado negativo de R\$ -60,98 bilhões em mai/24 (R\$ -45,07 bilhões em jun/23). O resultado veio ligeiramente pior do que o saldo negativo de R\$ -37,4 bilhões projetado por levantamento da Reuters, mas melhor do que a mediana das projeções do Prisma Fiscal, que apontava para um déficit de R\$ -40,87 bilhões.

A dinâmica mensal foi puxada pela previdência social, que registrou um déficit de R\$ 44,89 bilhões. O BC também apresentou resultado negativo, mas de apenas R\$ 152,0 milhões, enquanto o Tesouro Nacional mostrou superávit de R\$ 6,21 bilhões.

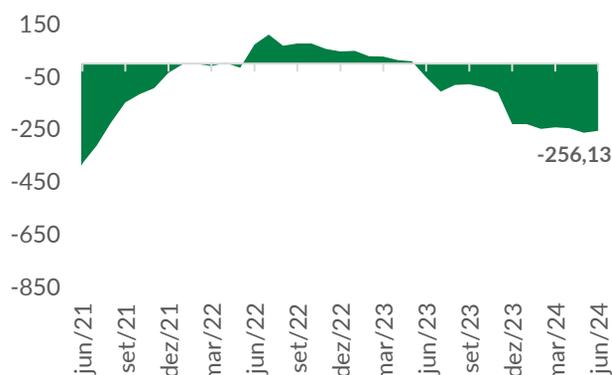
No mês, a receita líquida exibiu alta real de 5,8% em junho, ante o mesmo mês de 2023, totalizando R\$ 160,48 bilhões. Já a despesa total cresceu 0,3% na mesma base comparativa, alcançando R\$ 199,32 bilhões.

No acumulado do ano, o resultado ficou negativo em R\$ -68,83 bilhões (R\$ -43,23 bilhões em igual período de 2023). Com isso, o déficit primário acumulado em 12 meses foi de R\$ -256,13 bilhões, o equivalente a 2,29% do PIB.

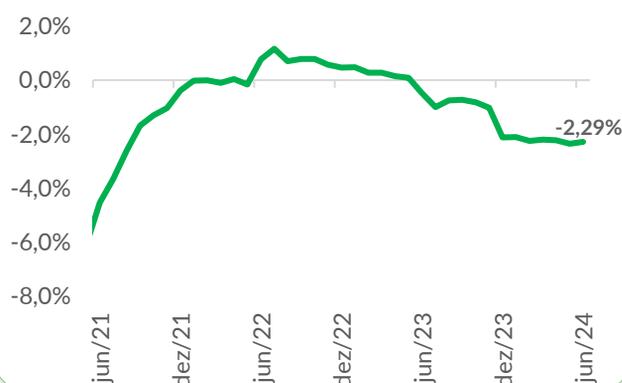
Resultado Primário Mensal Em R\$ bilhões



Resultado Primário Acumulado em 12 meses



Resultado Primário Em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional.. Elaboração ABBC

Arrecadação Federal – Jun/24

A arrecadação federal alcançou R\$ 208,8 bilhões em junho, representando uma alta real de 11,0% ante jun/23, e de 2,7% em comparação com mai/24. Esse é o maior resultado da série histórica para o mês de junho, que se iniciou em 1995. O número também ficou acima do estimado em pesquisa pela Reuters, de R\$ 204,9 bilhões, e dos R\$ 200,0 bilhões previsto no Prisma Fiscal.

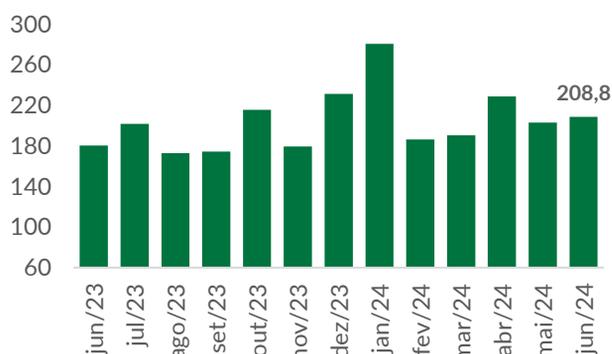
O desempenho positivo mensal foi influenciado pelo comportamento de variáveis macroeconômicas, o retorno da tributação de PIS/Cofins sobre os combustíveis, a tributação de fundos exclusivos e a atualização de bens e direitos no exterior. Por sua vez, o desastre no Rio Grande do Sul (RS) entre os meses de abril e maio, apontou impacto dedutível na arrecadação.

No acumulado do ano até junho, a arrecadação registrou alta real de 9,1%, alcançando R\$ 1,3 trilhão, valor também recorde para um primeiro semestre. Nessa mesma base de comparação, destaque para o crescimento arrecadatário do PIS/Pasep e a Cofins no montante de R\$ 256,2 bilhões, representando crescimento real de 18,8%. Ainda, a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 316,9 bilhões, com alta real de 5,4%, alavancado pela expansão real de 7,1% da massa salarial (3,0% entre janeiro e maio de 2024). Com a arrecadação de R\$ 12,7 bilhões decorrentes da tributação dos fundos de investimento, o IRRF-Rendimentos de Capital somou R\$ 72,9 bilhões no acumulado do ano, uma alta real de 20,6% frente ao mesmo período do ano anterior.

Assim, a evolução anual real dos impostos federais acumulados em 12 meses acelerou de 3,1% a.a. em mai/24 para 4,2% a.a. (2,9% a.a. em jun/23).

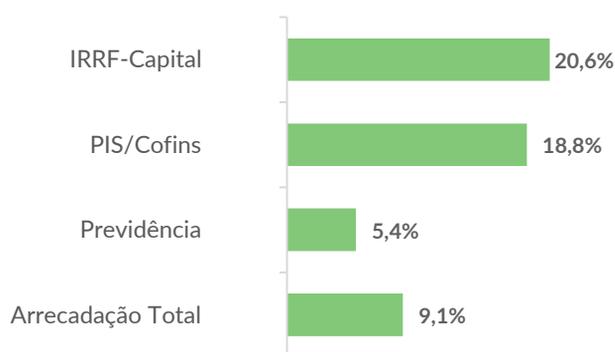
Arrecadação Mensal

Via impostos e previdência – em R\$ bilhões



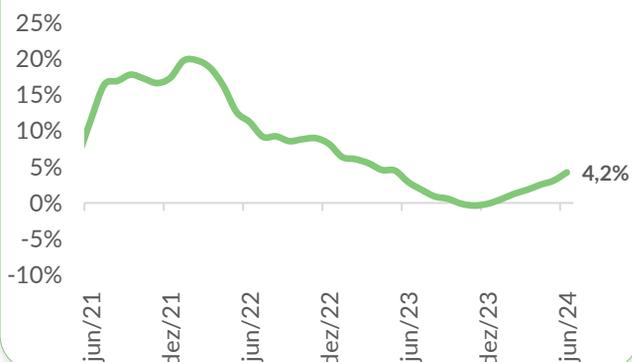
Varição Anual

Acumulado no semestre - em termos reais



Evolução Anual Real

Acumulada em 12 meses - deflacionada



Fonte: Receita Federal.. Elaboração ABBC

Transações Correntes – Jun/24

Diante de um menor dinamismo da balança comercial, o saldo de transações correntes ficou deficitário em US\$ -4,03 bilhões em junho, ante um número negativo de US\$ -2,27 bilhões em mai/24 (US\$ -182,0 milhões em jun/23). O desempenho foi pior do que o projetado em levantamento da London Stock Exchange Group (LSEG), de um déficit de US\$ -3,0 bilhões.

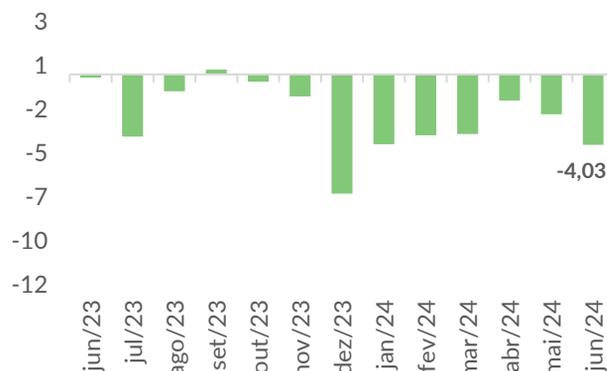
Na passagem mensal, o saldo positivo da balança comercial reduziu-se de US\$ 7,61 bilhões em mai/24 para US\$ 6,04 bilhões. Ao mesmo tempo, o déficit da conta de renda primária ampliou-se de US\$ -5,29 bilhões para US\$ -6,17 bilhões, enquanto o da conta de serviços passou de US\$ -4,62 bilhões para US\$ -4,14 bilhões.

No primeiro semestre, o déficit foi de US\$ -18,69 bilhões, ante US\$ -8,98 bilhões em igual período de 2023. Nessa comparação, o número foi impactado principalmente pela conta de serviços, que teve um resultado negativo de US\$ -24,18 bilhões em 2024, ante US\$ -19,0 bilhões no 2S23.

Ainda assim, as contas externas se mantêm em nível confortável, com o déficit acumulado em 12 meses se mantendo em um patamar relativamente contido, de US\$ -31,45 bilhões (-1,41% do PIB), financiado pela entrada de investimento direto no país. Em junho, o IDP somou US\$ 6,27 bilhões, totalizando em 12 meses o montante de US\$ 70,33 bilhões (3,15% do PIB).

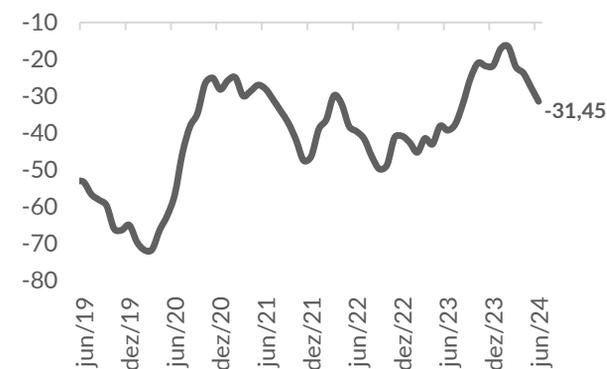
TC – Saldo Mensal

Em US\$ bilhões



TC – Acumulado em 12 meses

Em US\$ bilhões



IDP – Saldo Acumulado em 12 meses

Em US\$ bilhões



Fonte: BCB. Elaboração ABBC

Projeções Macroeconômicas - ABBC

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024E
Atividade, Inflação e Juros										
PIB Real (% a/a)	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,2	-3,9	4,6	2,9	2,9	2,1
Crédito (% a/a)	7,00	-3,50	-0,40	5,10	6,4	15,6	16,5	14,0	7,9	10,1
Desocupação (% fim de período)	9,10	12,20	11,90	11,70	11,1	14,2	11,1	7,9	7,4	6,9
IPCA (% a/a, fim de período)	10,67	6,29	2,95	3,75	4,3	4,5	10,1	5,8	4,6	4,2
IGP-M (% a/a, fim de período)	10,54	7,17	-0,52	7,54	7,3	23,1	17,8	5,5	-3,2	3,4
Taxa Selic (% fim de período)	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75	11,75	10,50
Setor Externo e Câmbio										
Balança Comercial - (US\$ bi)	13,7	40,2	56,0	46,6	35,2	50,4	61,4	61,8	98,6	81,0
Conta Corrente (US\$ bi)	-54,8	-24,5	-22,0	-51,5	-65,0	-24,5	-28,1	-56,0	-28,6	-39,9
Investimento Direto no País (US\$ bi)	64,7	74,3	68,9	78,2	69,2	37,8	53,3	90,6	61,9	70,0
Taxa de Câmbio (R\$/US\$, fim de período)	3,9	3,3	3,3	3,9	4,0	5,2	5,7	5,3	4,8	5,30
Fiscal										
Resultado Primário (% PIB)	-1,9	-2,5	-1,7	-1,5	-0,8	-9,4	0,7	1,3	-2,3	-0,7
Resultado Nominal (% PIB)	-10,2	-9,0	-7,8	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-4,7	-8,9	-7,2
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	35,6	46,1	51,4	52,8	54,7	62,5	57,2	57,5	60,0	64,0
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	65,5	69,8	73,7	75,3	74,4	88,6	80,3	73,4	74,3	78,0



Diretoria de Economia, Regulação e Produtos



abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte -
Cerqueira César São Paulo -SP



Tel: (55) 11 3288-1688